



A IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Autora: Rayssa dos Santos Oliveira Mesquita

Aluna do curso de Pedagogia, Universidade de Brasília (UnB), rayssatuc@gmail.com

Coautora: Monique Vieira Amorim Bandeira

Mestranda em Educação, Universidade de Brasília (UnB), moniquevieira53@gmail.com

Orientadora: Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Professora da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), otiliadantas@unb.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização nas escolas da rede pública do Distrito Federal. Apresentamos uma breve trajetória desta implementação que resultou na substituição da seriação pela organização escolar em ciclos, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, principiada no ano de 2005 e consolidada em 2008. Discorremos sobre os princípios teórico-metodológicos que norteiam o trabalho pedagógico nestas turmas e que estão previstos nos documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Nestes documentos, encontramos uma pauta teórica que fortalece a aprendizagem significativa, tendo a ludicidade como eixo integrador do Currículo e, a avaliação formativa, como um dos pilares da organização do trabalho pedagógico. Trazemos também como discussão, a importância da alfabetização como início do processo de escolarização da criança e, como esta deve orientar-se para a compreensão do funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética como um sistema notacional, em intrínseca relação com o letramento científico. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Palavras-chave: Bloco Inicial de Alfabetização, Ludicidade, Sistema de Escrita Alfabética, Letramento científico.

Introdução

A educação é um direito de todos os cidadãos e papel do Estado, como está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) em seu artigo 22 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2017, p. 20).

Ainda de acordo com a LDBN, a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade da criança/adolescente, assegurando neste período todos os seus direitos de aprendizagem e de sua formação cidadã. Este nível da educação é organizado em: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No ano de 2005, o Distrito Federal (DF) iniciou implantação na sua rede de ensino, da organização escolar em ciclos, principiando pela etapa da alfabetização. Deste modo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) assumiu a proposta dos Ciclos de Aprendizagens, a qual nomeou de **Ciclos para as**

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Aprendizagens, reconfigurando os três anos referentes à alfabetização, denominando-o de **Bloco Inicial de Alfabetização (BIA)**.

O presente estudo tem como objetivo analisar o contexto de implementação do BIA nas escolas públicas do DF, trazendo para o debate o documento de referência dessa implementação intitulado **Diretrizes Pedagógicas do BIA**. Pretendemos também discorrer sobre a importância da alfabetização no início da escolarização formal da criança.

Metodologia da pesquisa

Para a produção deste trabalho fizemos a opção pela pesquisa bibliográfica, partindo dos estudos recentes realizados no curso de Pedagogia. A pesquisa bibliográfica também se justifica por permitir ao pesquisador conhecer e confrontar as diversas produções sobre os assuntos abordados, ampliando seus conhecimentos e trazendo-os à atualidade, sem deixar de refletir e analisar de forma crítica o passado. (DEMO, 1995).

A relevância da metodologia em questão se sustenta ao viabilizar que a temática abordada possa ser investigada de forma criteriosa e minuciosa, em variados meios de produção científica, possibilitando ao investigador elaborar um trabalho por ora sucinto, mas, consistente. Para Gil (2002), as ações para a realização da pesquisa devem ser pautadas no respeito pelo objeto, buscando a objetividade e a imparcialidade necessárias.

Resultados e discussões

Com o objetivo de compreender melhor os resultados obtidos na pesquisa, organizamos este trabalho em três partes: a primeira ressalta a importância da alfabetização no início da educação formal da criança. A segunda, esclarece a opção metodológica pela pesquisa bibliográfica e pela análise documental. e, a terceira parte, discorre sobre a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização nas escolas da rede pública do Distrito Federal, a partir do ano de 2005.

A alfabetização

A alfabetização é um processo muito complexo, pois, além de ser necessário o desenvolvimento de habilidades motoras e

perceptivas, é essencial levar o estudante à reflexão sobre o funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) (MORAIS; LEITE, 2012). As autoras Carvalho, Santana e Brito (2012, p. 2) definem a alfabetização como

A concepção de alfabetização tem sido ampliada no contexto educacional brasileiro. Ou seja, a vivência numa sociedade grafocêntrica, em que não basta simplesmente o indivíduo saber ler e escrever em um nível rudimentar, requer que o alfabetizando saiba ler e escrever tendo a consciência da utilidade da leitura e da escrita em sua vida cotidiana.

A alfabetização é aprendizagem da leitura e da escrita, um processo de construção de conceitos, buscando sempre atribuir significados para a criança como chave do processo escolar. Por isso, é importante para o professor alfabetizador desenvolver a alfabetização na perspectiva do letramento, propiciando o uso social da língua.

Segundo Morais e Leite (2012), a escola é o espaço-tempo formal da alfabetização, mas, é preciso considerar que a criança traz consigo conhecimentos prévios sobre o uso da língua uma vez que, sendo um ser social, ela está inserida em outros contextos como família, igreja, entre outros. É no cotidiano que a aprendizagem formal é posta em prática pelo aluno.

Até meados da década de 1980, as práticas de alfabetização eram exercidas sob a ótica dos métodos sintéticos, analíticos e analíticos-sintéticos (explicar), apoiando-se em concepções de leitura e escrita como decodificação e codificação, conforme explica Albuquerque (2012):

O aprendizado do código alfabético se dava por meio do ensino transmissivo das unidades da língua, seguindo uma progressão pré-determinada que ia das unidades mais fáceis para as mais difíceis. Partia-se do pressuposto de que todos os alunos iniciavam o processo sem conhecimento algum sobre a escrita e que cabia aos professores o ensino das letras, sílabas e palavras. Ao aluno, nessa concepção, cabia um papel passivo de “recebedor” de algo pronto: a língua. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 7).

Com isso, as crianças começavam a aprender pela memorização das letras, fonemas e sílabas que assim, iria possibilitar com que lessem palavras, frases e textos. Todos os alunos eram ensinados da mesma forma de acordo com a prescrição das cartilhas, seguidas à risca pelos professores.

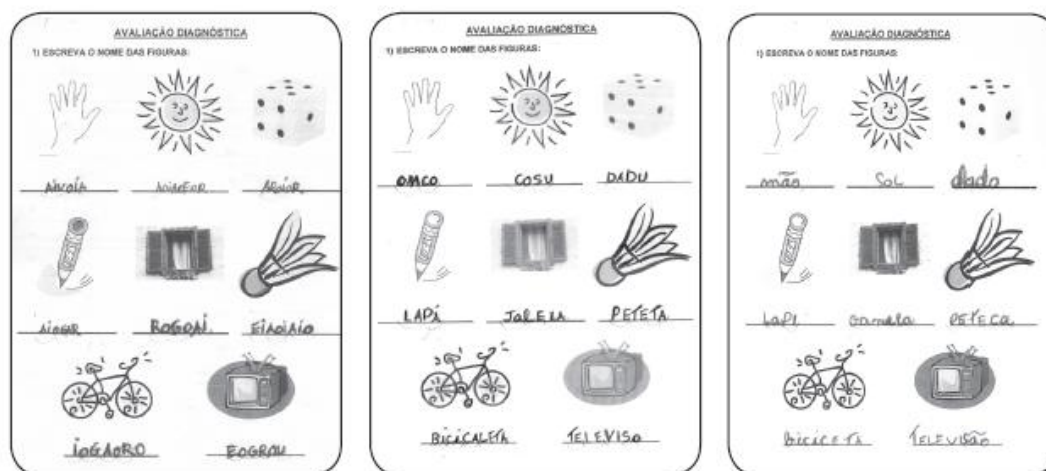
O conteúdo das cartilhas não correspondia às situações reais vivenciadas pelos alunos e privilegiava a alfabetização, desassociando o uso social da escrita e da leitura. Destarte, os estudantes não eram atendidos em sua real necessidade escolar e o fracasso começou a ser

notado, resultando quadros de repetências e de evasão escolar.

Em meados de 1985 surgiram críticas ao modelo tradicional de alfabetização, despontando teorias interacionistas e construtivistas que apresentavam novas práticas alfabetizadoras, enfatizando que nosso SEA não se tratava apenas de um código, mas, de um sistema notacional. Por meio desse entendimento, o aluno é levado a compreender como o SEA está estruturado e, assim como ressalta Albuquerque (2012), o processo de aquisição da leitura e da escrita se torna mais significativo.

De acordo com a autora, os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky foram imprescindíveis para a compreensão, por parte dos professores, de como a criança desenvolve o processo de alfabetização, ao associar que a escrita no papel são sons das partes das palavras. Iniciando com o trabalho de apresentar a escrita pré-silábica, onde não tem correspondência grafofônica, depois a escrita silábica, onde já há correspondência trabalhando com as sílabas, e por fim chegar na escrita alfabética, entendendo a relação de fonema-grafema. A **Figura 1** sistematiza o desenvolvimento do estudante ao longo do ano letivo:

Figura 1 – Hipóteses de escrita



Font

e: Moraes e Leite (2012, p. 16)

Dando a devida importância ao considerar as funções da escrita com atividades que tenham significado, o letramento surge para completar a alfabetização, como afirma Soares:

[...] alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 20).

Porém, os resultados das avaliações de larga escala (SAEB, Provinha Brasil), continuaram a mostrar alunos com desempenho baixo no que se refere à escrita. Vislumbrando superar essa realidade, a SEEDF implantou em 2005 o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e adequou-se aos dispositivos legais que viriam ampliar a escolaridades mínima de 08 para 09 anos no Ensino Fundamental (Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, LDB) para todo o país. No BIA, os estudantes ingressam aos seis anos de idade e completam o ciclo de alfabetização e letramento aos oito anos (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Contudo, atualmente está em processo de implementação pelo Governo Federal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que prevê objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de todos os alunos brasileiros, norteando os currículos das escolas. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2016), a criança precisa estar alfabetizada até os sete anos de idade que corresponde ao segundo ano do Ensino Fundamental.

Este documento leva, em nosso entendimento, a um retrocesso na educação, pois, além de propor objetivos difíceis de serem alcançados por conta principalmente das precárias condições estruturais das escolas, propõe também uma homogeneização curricular, sem levar em consideração as diferenças regionais e culturais de um país continental como o Brasil.

O documento também não considera os tempos distintos de aprendizagem dos alunos, suas particularidades neste processo, insistindo num modelo único de ensino que sirva para todos os estudantes no país.

O BIA e seu histórico de implementação nas escolas da rede pública do DF

O BIA se apoia na concepção da avaliação formativa, em que, considerando os seus aspectos diagnóstico, processual, interventivo e, também os percursos diferenciados de aprendizagem, há adequações ao longo do processo de ensino, para que o objetivo principal – a consolidação da alfabetização, seja alcançado (DISTRITO FEDERAL, 2012). O olhar atento e observador do professor pode identificar as necessidades de cada estudante e, assim, as dificuldades próprias de cada fase da alfabetização podem ser trabalhadas e superadas. Nesta perspectiva metodológica não deve existir um padrão de avaliação e sim uma prática diversificada que contribua para potencializar as aprendizagens.

Algo que pode implicar na qualidade da educação, em especial na alfabetização, é a falta de apropriação dos professores de todo esse processo de ensino, muitas vezes por estarem engessados pelo sistema e por não

compreenderem essa proposta. Neste sentido, a formação continuada é de suma importância e entendida como “[...] um repensar permanente da prática pedagógica no contexto do cotidiano escolar, à luz dos estudos e pesquisas.” (DISTRITO FEDERAL. 2014c, p. 22).

A implementação do BIA nas escolas públicas do DF ocorreu de forma gradativa a partir de 2005, como esclarece Franco (2017):

As escolas vinculadas à Coordenação Regional de Ceilândia foram as primeiras e, nas demais cidades e unidades escolares, a ampliação ocorreu de forma gradativa. Em 2009, todo o Ensino Fundamental de 9 anos já estava implantado em todas as escolas da Rede Pública do DF. (FRANCO, 2017, p. 44)

O **Quadro 3** sistematiza esse movimento:

Quadro 3 – Calendário de implementação do BIA SEEDF

ANO DE IMPLANTAÇÃO	CIDADE
2005	Ceilândia
2006	Taguatinga
2007	Brazlândia, Guará, Samambaia
2008	Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Cruzeiro, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho

Fonte: Distrito Federal (2014c, p. 12).

De acordo com os documentos que norteiam a política educacional do DF, com a implantação do BIA, a SEEDF adotou a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens e o regime de progressão continuada com retenção apenas ao final do Bloco – no 3º ano (Distrito Federal, 2012, 2014c).

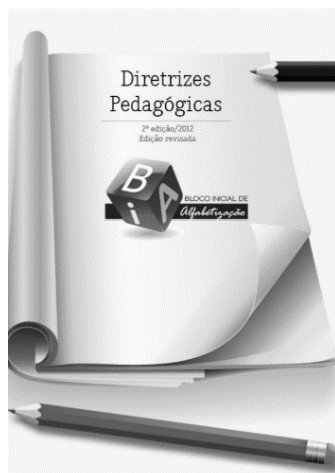
Com essa mudança os resultados positivos começaram a aparecer e, de 2005 a 2011 houve uma diminuição no percentual de reprovação dos estudantes de 15% nas 1º e 2º séries para 7,4% ao final do 3º ano, em comparação com o sistema seriado adotado antes da implantação do Ciclo (FRANCO, 2017). O desempenho dos alunos na Provinha Brasil, no período de 2009 a 2012, também progrediu, e com esses avanços, a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens foi ampliada para os 4º e 5º anos, a partir de 2013 (Distrito Federal, 2014c).

Os eixos integradores do trabalho pedagógico do BIA

Para orientar e subsidiar os professores no trabalho com o BIA, foi publicado o documento Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização em 2012, conforme a

Figura 2:

Figura 2 – Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização.



Fonte: Distrito Federal (2012)

Conforme o documento, o BIA apresenta uma proposta pedagógica pautada na tríade alfabetização, letramentos e ludicidade, buscando uma concordância com os princípios fundamentais da alfabetização, para um desenvolvimento completo do estudante no que se refere ao cognitivo, à dimensão afetiva, social e motora.

Como vimos no início do estudo em tela, **a alfabetização** recebeu contribuições da psicolinguística, fundamentada na importância do processo de aprendizagem pautado em práticas efetivas da leitura e da escrita. A concepção de como ensinar passa da lógica dos conteúdos para a lógica do processo de aprendizagem do estudante. Acompanhada da sociolinguística, o processo do ensino da língua deve respeitar as variadas formas de fala dos alunos, valorizando cada um para que se sinta acolhido no âmbito escolar.

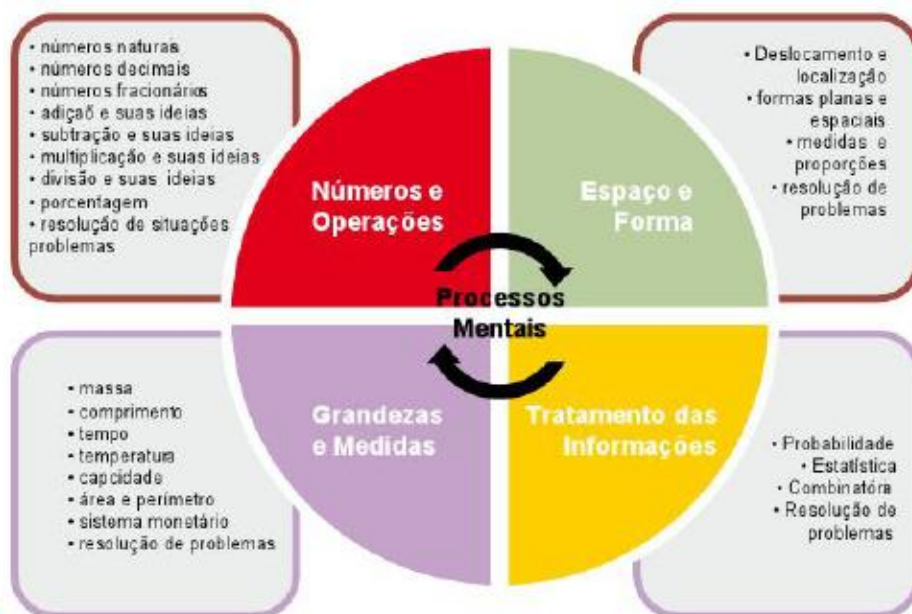
Ao considerar essa variação linguística, os professores auxiliam os estudantes na compreensão das constantes mudanças e significados das palavras, complementando com uma variedade de formas de leitura (imagens, corpo, gráfico, música, poesia etc.). O propósito do **letramento científico** é tornar os conhecimentos científicos funcionais, o que remete à função social do conhecimento (DISTRITO FEDERAL, 2102). Com isso o letramento alcança as outras áreas como a Geografia, a História, a Matemática etc.

No processo de desenvolvimento da criança o brincar é um direito reconhecido naturalmente e deve ser respeitado também na educação formal, pois, se constitui como uma das formas singulares de expressão, pensamento, interação e comunicação (DISTRITO FEDERAL, 2012). Prevista como eixo integrador do BIA e do Currículo em Movimento a **ludicidade**, quando valorizada pelo docente, auxilia na promoção de brincadeiras nas quais os estudantes se percebem com seres únicos e individuais mas, em intrínseca relação com o outro, na realidade ou na imaginação, tornando o trabalho pedagógico rico, pois, a construção do conhecimento se torna prazerosa, com vivências significativas para cada criança e, cheia de percepção e ressignificação.

Por meio das brincadeiras é possível descobrir a relação entre os números e a vida cotidiana, fato essencial para a alfabetização matemática, uma vez que, de acordo com o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 67) “A resolução de situações-problema, em especial as que fazem parte do contexto dos estudantes e de suas vidas, é a finalidade maior, e os conteúdos são meios, via construção permanente de conceitos e procedimentos, num contexto de partilha de produções em sala de aula”.

Na política educacional do DF, o trabalho com a Matemática na escola compreende a reflexão sobre as estruturas lógicas ou processos mentais que, não são exclusivos dos conceitos matemáticos, mas, são imprescindíveis para sua construção cognitiva. Os processos mentais previstos no currículo são: classificação, inclusão hierárquica, correspondência biunívoca, comparação, sequenciação, seriação e conservação de quantidade. O desenvolvimento dos processos mentais deve perpassar o trabalho com os conteúdos previstos para cada ano, de forma articulada, conforme ilustra a **Figura 3**:

Figura 3 – Processos Mentais e Currículo em Movimento



Fonte: Distrito Federal (2014a, p. 69).

Existem outras estruturas lógicas ou processos mentais que ajudam a desenvolver o raciocínio lógico, contudo, no Currículo em Movimento foram considerados estes como indispensáveis para o processo de aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os princípios do trabalho pedagógico do BIA

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (DISTRITO FEDERAL, 2012), o trabalho docente do bloco é pautado em cinco princípios teóricos-metodológicos, a saber: Formação Continuada, Reagrupamento, Projeto Interventivo, Avaliação Formativa e o Ensino da Língua.

A Formação Continuada é a oportunidade pela qual o professor pode problematizar sua prática pedagógica, buscando um aprimoramento do seu ato educativo em sala de aula. Entendemos que a formação em serviço, deve vir acompanhada de uma reflexão crítica construtiva, buscando focar em uma educação emancipatória, sempre atualizando as práticas de ensino. A SEEDF oferta formação continuada aos profissionais do seu quadro por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação (EAPE), em oficinas e cursos, na sua maioria na sede da própria EAPE e, também nas Coordenações Regionais de Ensino (CRE).

O Reagrupamento é uma maneira de romper o trabalho individualizado nas salas de aula, fazendo com que os estudantes interajam entre si na construção das aprendizagens, tendo no outro, formas de compreender assuntos que talvez sozinhos não seriam bem compreendidos. Com o reagrupamento, o professor possibilita um atendimento mais focado nas necessidades particulares de cada aluno ou grupo, ajudando a avançar nas suas potencialidades, a interagir com o outro e com a sua aprendizagem, a questionar suas hipóteses e compartilhar seus saberes para que se transformem em conhecimento (DISTRITO FEDERAL, 2012).

O reagrupamento é organizado em intraclasse e interclasse, O primeiro é realizado com estudantes da mesma turma, divididos em grupos de acordo com a proposta do pedagógica do professor. O interclasse reúne os alunos de turmas diferentes, que estejam na mesma situação de aprendizagem, num trabalhando para o avanço do das dificuldades apresentadas.

O **Projeto Interventivo (PI)**, é destinado a um grupo específico de estudantes que, após diversas alternativas metodológicas, ainda demonstram dificuldades em alcançar os objetivos propostos para o ano escolar em que se encontram (DISTRITO FEDEARL, 2102).

Isto posto, o BIA é pautado pela ótica da **Avaliação Formativa (AF)**, que permite adequações metodológicas ao longo do processo de ensino- aprendizagem, de acordo com os resultados dos estudantes. Estes resultados não são considerados apenas como um produto final, mas, como demonstrativos de avanços ou não nas habilidades e objetivos propostos. Outro aspecto importante da AF é o emprego de alternativas de avaliação, além da tradicional prova. Esse caminhar da avaliação formativa deve conter: diagnóstico, registo, análise e intervenção.

A organização do BIA é acompanhada por uma nova forma de trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, pressupõe uma gestão democrática do ensino em que a comunidade escolar, direção, profissionais da educação, especialistas, secretários, porteiros, enfim, todos os que atuam na unidade escolar, participem ativamente do seu cotidiano. (DISTRITO FEDERAL, 2012).

E por fim, tratamos sobre o princípio do **Ensino da Língua**, onde há um respeito pela língua materna do aluno que chega ao âmbito escolar. A língua é um sistema de interação verbal que se faz por meio de discursos orais e escritos. Isto significa que este sistema depende da interlocução - ação linguística entre sujeitos. (DISTRITO FEDERAL, 2012). Nesta concepção, os alunos vivenciam situações reais de uso da língua e tem sua historicidade respeitada.

As práticas de ação para o ensino da Língua no BIA compreendem: leitura, interpretação, produção de texto, análise linguística e sistematização do código.

Conclusões

O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) foi implementado apresentando mudanças fundamentais nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. Entendido como uma etapa importante do processo de educação formal, os bons resultados não podem ser almejados centrando as responsabilidades apenas no professor, pois, todo o processo nesses três Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conta com a participação ativa de toda a equipe pedagógica.

Percepção bem diferente do que encontramos nas Diretrizes do BIA (DISTRITO FEDERAL, 2012) que afirma “[...] cada professor é protagonista nesse processo de ressignificação dos espaços e dos tempos de ensino e de aprendizagens na alfabetização”. Como já explicitamos, a responsabilidade não pode recair sobre professor a ponto de chamá-lo de protagonista. Pelo contrário, a relação estabelecida entre os sujeitos numa organização escolar em ciclos é colaborativa, entre os docentes e seus pares e, entre os docentes e os alunos.

Contudo, segundo FRANCO (2012), as estruturas formuladas no documento do BIA não chegaram ao êxito. Em entrevistas com professores, a autora colheu relatos de que algumas escolas ainda mantêm sua organização sob forte influência da seriação, na qual o estudante é apenas um receptor do conhecimento e o corpo docente se vê com pouco apoio, num trabalho solitário e sem possibilidade de reflexão do seu fazer pedagógico.

Por isso, faz-se urgente ressignificar as práticas escolares na perspectiva da aprendizagem significativa, trazidas pelo próprio documento norteador do BIA (DISTRITO FEDERAL, 2012) e, por outros documentos da política curricular da SEEDF como o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a, 2014b) e as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo (DISTRITO FEDERAL, 2014c).

Assim, as escolas públicas do DF estarão resgatando o seu papel social, proporcionando um processo de alfabetização que problematiza situações cotidianas reais, dando voz aos alunos, respeitando sua variação linguística e sua historicidade, com vistas ao desenvolvimento da sua autonomia.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C. In: BRASIL. Secretaria de educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa – Currículo na Alfabetização: concepções e princípios**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Senado Federal**. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **MEC**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2016. Proposta preliminar: segunda versão revista. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 01 jun. 2018.

CARVALHO, C. C.; SANTANA, A. P. S. de;
BRITO, A. E. **Memórias de professoras**

alfabetizadoras sobre a prática pedagógica: narrativas... Evocações. In: IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia. 2012, Parnaíba. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/7876acb66640bad41f1e1371ef30c180.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização:** BIA. 2. ed. revis. Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais.** Brasília, 2014a.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressuposto Teóricos.** Brasília, 2014b.

_____. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo.** Brasília, 2014c.

FRANCO, M. V. A. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** os discursos dos professores sobre a efetividade da formação continuada na prática pedagógica. Brasília, 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2017.

MORAIS, A. G; LEITE, T. M. S. B. R. In: BRASIL. Secretaria de educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela Educação na Idade Certa – Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.